

Estradas de Damasco

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Novos tempos? Não é que o professor Antonio Delfim Netto, um dos mais influentes assessores informais da presidente Dilma Rousseff durante o seu desatinado apego à nova matriz macroeconômica, faz alusão agora à conversão do apóstolo Paulo, na estrada de Jerusalém a Damasco, para caracterizar a guinada na política econômica do governo? E considera absurdo tentar negar que tenha havido estelionato eleitoral na reeleição da presidente.

Não é a primeira vez que a metáfora da conversão de São Paulo na estrada de Damasco tem aplicação relevante na história política brasileira. De fato, o Partido dos Trabalhadores é reincidente na matéria. Em meio à campanha eleitoral de 2002, Lula assinou a *Carta ao Povo Brasileiro*, ao arrepio das análises e pretensões estapafúrdias que dominavam o programa econômico petista, como as suas propostas quanto às dívidas interna e externa. E, durante o período inicial de seu primeiro mandato, sua política econômica foi ortodoxa. Em algum momento, deu a ilusão, mesmo aos mais incrédulos, de que sua conversão havia sido para valer.

Mas, ledo engano, as sementes dos erros do primeiro mandato de Dilma Rousseff já estavam lançadas na deterioração do compromisso de Lula com uma política macroeconômica sustentável, na esteira do mensalão e a despeito das condições externas favoráveis. A recessão mundial inicialmente justificou a adoção de medidas de sustentação da demanda que faziam sentido. Mas logo em seguida a “nova matriz macroeconômica” virou paradigma com direito a “pedaladas”, pau na máquina, campeões nacionais, protecionismo mal disfarçado, nacionalismo primário e políticas baseadas em metas irrealistas de conteúdo nacional. E tudo se revelou tisonado por corrupção endêmica.

A capitalização política da conversão temporária de Lula foi facilitada pela esquizofrenia do PSDB. Tendo sido vitorioso na eleição de 1994 com base na estatização associada ao Plano Real, o partido permitiu-se disputar a eleição de 2002 sem fazer uso eleitoral de seu retrospecto na condução da economia, em particular da sustentação do controle da inflação. Esta divisão crucial do PSDB repercutiu também nas campanhas presidenciais de 2006 e de 2010, quando seus candidatos evitaram os temas que haviam constituído os pilares da administração FHC.

A aparente conversão recente de Dilma Rousseff à política econômica menos heterodoxa tem colocado o PSDB em posição desconfortável, pois explicita suas divisões internas. Mas mesmo os mais pessimistas quanto à preservação da credibilidade do partido como alternativa à coalizão liderada pelo PT terão sido surpreendidos com o apoio da sua bancada ao fim do fator previdenciário, na esteira do tiroteio que cercou a aprovação do pacote fiscal. A Legislação baseada no fator, com todas as suas limitações, mantinha sob relativo controle o déficit das contas da Previdência e foi, dentro das circunstâncias, realização não desprezível do governo tucano em 1999.

Delfim Netto, que declara não ter a menor simpatia pelo PSDB, acredita que “não dá para imaginar que o PT ia fazer um estrago danado... e depois o PSDB seria suficientemente idiota

para aprovar as medidas”. Já o ex-presidente Fernando Henrique, insuspeito quanto à simpatia pelo PSDB, acha com toda razão, que o voto contra o fator previdenciário abala o prestígio do partido.

A estratégia do PSDB que faria sentido teria como foco as eleições presidenciais de 2018. Isso quer dizer que faria oposição coerente com seu programa e se prepararia para combater a enxurrada de ideias tortas que se prevê vá constituir a estratégia baseada no “desenvolvimento” preconizada pelo ex-presidente Lula.

Não é improvável que a conversão na estrada de Damasco de Dilma, em 2015, vá ter o mesmo destino da conversão de Lula, no início do primeiro mandato. Apostasia, ou seja, renegação da conversão.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.